Número 684 • 25 DE NOVEMBRO DE 1987 • Preço 30$00

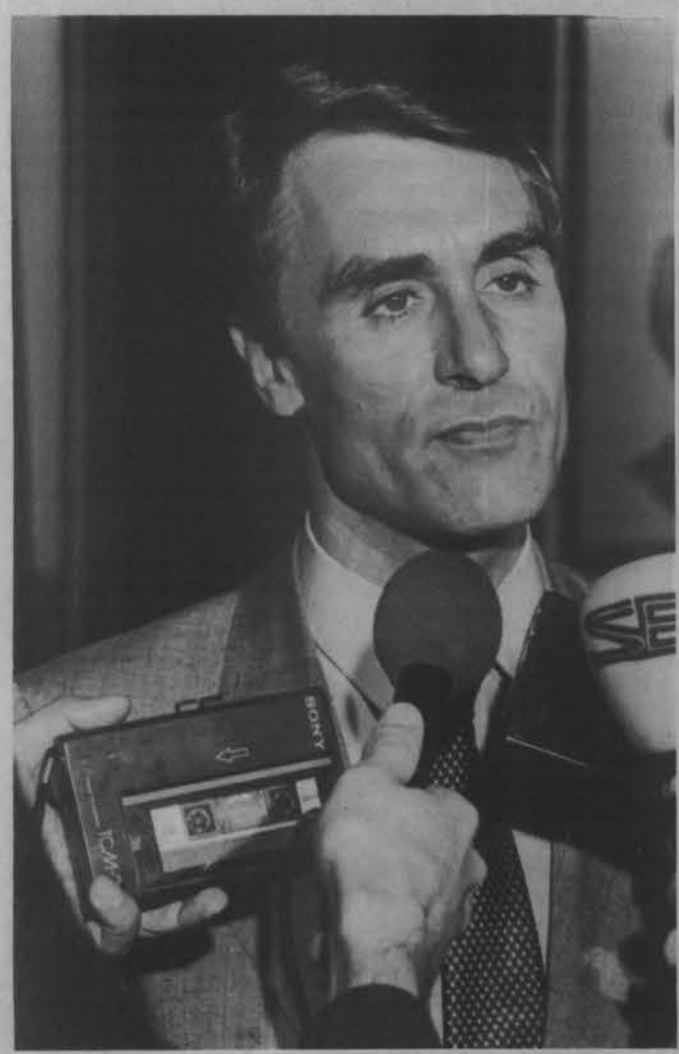
Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Duarte Lima

CAVACO SILVA

Portugal precisa de uma Constituição moderna europeia e democrática

• 1988 será o terceiro ano consecutivo de crescimento económico em Portugal e de aumento de poder de compra da população — o que não encontra paralelo nos últimos 15 anos



Na sua deslocação ao Norte do País (Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Santo Tirso e Braga) o Prof. Cavaco Silva falou na sessão inaugural da «Semana do Terciário» a decorrer em Braga no âmbito da Primeira Feira Geral do Comércio e Serviços. Tratou-se de uma importante intervenção em que são analisadas as grandes linhas da vida portuguesa nos próximos anos.

«A importância dos serviços para o progresso das economias é, hoje, amplamente reconhecida, sendo cada vez mais expressivo o peso do sector terciário no conjunto da actividade económica, sobretudo na criação de empregos.

O fenómeno contemporâneo da terciarização das economias é patente sobretudo nos países mais desenvolvidos — por vezes expressivamente classificados de sociedades pós-industriais — mas não deixa de se manifestar entre nós. Assim, em Portugal o sector do comércio é responsável, actualmente, por cerca de 20% do produto interno bruto, quando, há vinte anos, representava pouco mais de 10%.

O meu governo acredita firmemente nas potencialidades da iniciativa privada e favorece a autonomia e a criatividade da sociedade civil. Por isso me congratulo com a organização da «Semana do Terciário», possibilitando que os mais directamente interessados na evolução do sector, e designadamente os comerciantes, analisem e debatam os seus problemas e perspectivas, transmitindo ao País uma imagem de responsabilidade, dinamismo e capacidade.

O agente económico que actua na área da distribuição é, hoje, geralmente encarado em Portugal como um elemento essencial ao bom funcionamento da economia. O comerciante presta, de facto, um serviço imprescindível no mercado e, nesse sentido, ele não é menos criador de riqueza do que o agricultor ou o industrial.

A livre troca é o cerne do mercado, mercado a cujo funcionamento o Governo pretende dar mais ampla expressão na actividade económica nacional, conferindo-lhe maior eficácia e maior racionalidade, indispensáveis para que o País prossiga com êxito a batalha da liberalização e a integração nas comunidades europeias se revele um factor decisivo de desenvolvimento. Por seu turno, os comerciantes portugueses lucidamente entenderam já que a melhor defesa contra a concorrência europeia está na sua própria modernização competitiva.

A concorrência em mercado livre constitui a primeira linha de defesa do consumidor e o grande estímulo à melhoria da produtividade. Daí a preocupação do Governo em assegurar uma sã e leal concorrência, proporcinando aos agentes económicos igualdade de oportunidades e aos consumidores uma escolha diversificada nas melhores condições de qualidade e preço.

Nesse alargamento das possibilidades de escolha do consumidor se insere a tendência para o aparecimento de grandes espaços de venda. Mas, se os grandes espaços trazem frequentemente preços baixos graças ao volume de vendas, o certo é que o consumidor retira outros benefícios dos estabelecimentos de menor dimensão que — como está a acontecer em numerosos casos — oferecem serviços de qualidade, mais especializado e mais personalizado. Há, pois, lu-

(Continua na página 2)

Neste número • Pág. 3

FLAGRANTES
por Fernando Amaral

Economia portuguesa vai crescer ao ritmo devido

Pág. 4

Portugal e o diálogo entre as Culturas

por José Augusto Seabra

Pág. 8

Encontro Nacional de Social-Democratas membros das Comissões de Trabalhadores

O Secretariado Nacional dos TSD vai promover um *Encontro Nacional de Social Democratas membros das comissões de trabalhadores,* que decorrerá em Coimbra, no próximo dia 5 de Dezembro.

Este Encontro está aberto a todos os Social Democratas, militantes ou simpatizantes, que exerçam funções em CT's e sub-CT's.

Esperamos contar com a presença de destacados membros do Partido e do Governo (área do Trabalho), tanto na abertura e encerramento dos trabalhos, como na abordagem dos temas em análise, que se integrarão no seguinte programa:

09H30 — Abertura.
10H00 — Tema I.

— O papel dos representantes dos Trabalhadores na modernização das empresas.
— Exposições e debate.
13H00 — Intervalo para almoço.
14H30 — Tema II.
— A Lei 46/79 — alterações.
— Exposições e debate.
17H30 — Conclusões e encerramento com intervenção política.

O Secretariado Nacional dos TSD assegurará transporte para Coimbra desde Lisboa e Porto, em autocarro, com partida e hora a indicar oportunamente. O programa definitivo, com os respectivos oradores e convidados, será publicado na próxima edição do «Povo Livre».

As inscrições podem ser enviadas para o Secretariado Nacional dos TSD — Rua Buenos Aires, 28 - 4.º — 1200 Lisboa, Telefones: 60 32 20/60 65 40, até ao próximo dia 2 de Dezembro.

BOLETIM DE INSCRIÇÃO

NOME _____

MORADA _____ TELEFONE _____

EMPRESA _____ SEDE _____

ÓRGÃO _____ (CT/SUB. CT)

INÍCIO DO MANDATO ___/___/___

FIM DO MANDATO ___/___/___

Banca deve estar ao serviço do desenvolvimento do País

Os Bancários Sociais-Democratas realizaram no Porto, um encontro subordinado aos temas:

— A banca e a sua função de agente impulsionador no desenvolvimento do país;
— A gestão da banca e a participação dos trabalhadores;
— A privatização e o futuro da banca nacionalizada numa perspectiva macroeconómica;
— Formação profissional.

Esta realização, promovida pela Secção dos TSD dos Bancários do Porto, contou com a presença de algumas centenas de bancários que participaram activamente na discussão dos temas apresentados pelos gestores do sector, Alípio Dias, Fernando de Almeida, Fernando Mendes, Mário Adegas e Almerindo Marques, além do empresário Belmiro de Azevedo.

O ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, fez uma importante intervenção na sessão de encerramento, sobre a política de rendimentos e preços seguida pelo governo, bem como os cuidados que considera indispensáveis à possível condução de parte do sector empresarial do Estado para a iniciativa privada.

No final dos trabalhos, onde o secretário-geral dos TSD, Arménio Santos, salientou algumas preocupações dos bancários sociais-democratas sobre a situação no sector, foram aprovadas as seguintes conclusões:

— É fundamental que a banca esteja ao serviço do desenvolvimento do país, enquadrada numa política global;
— O papel da política monetária como um dos instrumentos da política económica que tem por objectivo o controlo e a oferta de moeda, isto é, o da liquidez da economia, visando o crescimento equilibrado entre os agregados monetários e os agregados económicos. Por fim foi apresentado um cenário da política monetária para 1988;
— Ser necessário que, em tempo útil, se elabore uma lei-quadro no enquadramento da CEE para a reestruturação do sistema bancário;
— Foi discutida a necessidade de a banca se especializar, não em função das actividades económicas, mas por faixa de mercados e de produtos;
— Foi salientada a necessidade de a banca aproveitar as novas oportunidades fomentando a criação de empresas de serviços ligadas ao leasing, factoring, capital de risco e sociedades financeiras;
— A integração na CEE vai acelerar o incremento de novas tecnologias, obrigando a uma nova filosofia de gestão e aproveitamento dos recursos humanos.

Quanto à privatização, foi claro que terá que haver uma abordagem dos problemas fundamentais que a enformam de uma forma desinibida, sem complexos, definindo previamente as regras económicas, financeiras e sociais, aplicando essas regras paulatina e casuisticamente. Da revisão constitucional espera-se uma flexibilização e não um travão à modernização.

No campo da formação abordaram-se questões que passariam pela inventariação dos montantes aplicados e o sentido útil e imediato da sua utilização e, também, da oficialização académica da formação profissional que confira grau próprio aos interessados.

É na família e na escola que começa a formação profissional, via formação humana. A formação é essencial, mas mais importante é a autoformação, gosto pelo trabalho, metodologia e gosto pela investigação. Em suma, uma formação de sentido útil.

Resultou ainda clara a ideia da exigência de que os sindicatos e os representantes das estruturas dos trabalhadores participem na modernização do sistema bancário e a prioridade à informatização, com a consequente formação profissional dos trabalhadores bancários consentânea com o pleno emprego.

TSD — CONVOCATÓRIA

CTT (Porto)

Convocam-se todos os militantes do Núcleo dos TSD nos CTT do Porto, para uma reunião a efectuar em 28 do corrente, pelas 10 H, na Praça Humberto Delgado, 287 - 5.º Esq.º Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Informações.
2 — Análise da situação político-laboral.
3 — Debate sobre as Comunicações.

Os Portugues inequívoca bloqueado por preceitos

Continuação da página 1

gar para todos, grandes e pequenos, que se adaptem aos tempos modernos e sirvam bem o público consumidor, o qual e cada vez menos um público de massa para se diversificar em clientelas específicas.

Deve recordar-se, no entanto, que em todas as circunstâncias a prática de preços não especulativos é, na linha da política anti-inflacionista do governo, aquela que serve os consumidores e os empresários. Á custa de duras e sucessivas experiências do passado recente, os Portugueses sabem como são vãs e efémeras as aparentes melhorias conseguidas à custa da subida dos preços e dos rendimentos nominais. E os empresários, em particular, têm consciência de que certos lucros imediatos e excessivos no curto prazo são afinal ilusórios numa perspectiva mais dilatada, porque contrários ao crescimento sustentado do volume de negócios.

Os trabalhadores também, têm vindo a demonstrar que já não se deixam conduzir por miragens de excessivos benefícios imediatos que acabam inevitavelmente em austeridade.

Esta consciência esclarecida, por parte de trabalhadores e de empregadores, incluindo a confederação de comércio português, esteve na base dos históricos acordos sobre política de rendimentos celebrados no Conselho Permanente de Concertação Social, visando o controlo da inflação e um moderado, mas seguro, aumento do poder de compra dos Portugueses.

O que nos interessa — e estamos a conseguir — é a melhoria sólida, e por isso continuada, do nível de vida da população, expandido o investimento e o emprego graças a um crescimento sustentado e não inflacionário da economia. Foi neste espírito responsável e sério que elaborámos o orçamento do Estado para o próximo ano, já entregue na Assembleia da República.

1988 será o terceiro ano consecutivo de crescimento económico em Portugal e de aumento do poder de compra da população — o que não encontra paralelo nos últimos quinze anos. A economia portuguesa continuará a crescer no próximo ano a ritmo superior à generalidade dos países da OCDE. A produção subirá cerca de 4%, o investimento cerca de 8%, e continuará a aumentar o emprego. O próprio consumo, que tem evoluído a taxas requerendo alguma moderação, continuará a crescer, agora a cerca de 3%. Estamos no caminho certo, como tem sido reconhecido por organizações internacionais insuspeitas.

Perante a execução rigorosa da nossa estratégia de crescimento controlado e o sucesso conseguido, algumas vozes da oposição não lograram encontrar melhor argumento para criticar o orçamento do que chamar-lhe restritivo e contraccionista. A debilidade — poderia mesmo dizer-se: o ridículo — da acusação é evidente, pois os números falam por si e podem ser comparados com os resultados de qualquer país da CEE. Estamos, afinal, perante uma atitude reveladora de um atávico apego aos ciclos de contração / expansão / contração que o País conheceu em anos passados, numa manifestação de incapacidade para ultrapassar a visão estreita dos que se limitavam — e muitas vezes mal — à gestão das sucessivas conjunturas, sem qualquer perspectiva estratégica.

Ainda há quem revele dificuldade em se adaptar à nova e diferente fase histórica em que Portugal se encontra agora, no plano político e também no plano económico e social.

O Governo tudo fará para que não regressemos às periódicas curas de austeridade do passado. O poder de compra dos Portugueses e o seu nível de vida vão continuar a melhorar, numa evolução prudente e ponderada, conduzida em bases sólidas e apoiada num sustentado crescimento económico.

Este tipo de evolução é do interesse de todos — e nomeadamente dos comerciantes — e implica, naturalmente, evitar excessos no imediato. E agora, ao invés do que era antes corrente, é o Estado o primeiro a praticar o rigor e a moderação ao reduzir a proporção das suas despesas e do défice orçamental no produto interno.

Caminhamos no sentido da diminuição do peso do Estado na economia, permitindo mais larga margem de actuação à livre iniciativa dos agentes económicos privados. Mas a indispensável diminuição daquele peso apenas poderá ocorrer na medida apropriada quando fôr constitucionalmente possível pôr termo à organização económica herdada do 11 de Março, e que o nosso texto constitucional ainda larga-

ses já disseram de forma que não querem um País nem um País diminuído constitucionais absurdos

mente acolhe. Reside aí um dos motivos que tornam o processo de revisão constitucional, agora iniciado, de importância vital para o futuro do País.

Não estou certo de que todos os portugueses estejam perfeitamente conscientes do que se joga na revisão constitucional. Vivendo agora numa perspectiva de estabilidade governativa, e há muito tendo o país rejeitado a ideologia de cariz marxista, não falta quem, se haja esquecido, ou desde sempre se tenha alheado, das normas constitucionais que regem a nossa organização económica. Por isso apressadamente se considera, por vezes, a revisão constitucional como um problema meramente técnico, para juristas e para a classe política.

Convirá, pois, recordar aos mais distraídos que em Portugal, país há dois anos integrado nas Comunidades Europeias e que definitivamente optou por uma democracia pluralista de tipo ocidental, a Constituição da República ainda impõe «a transição para o socialismo», «uma sociedade sem clases», «a apropriação colectiva dos principais meios de produção, dos solos e dos recursos naturais», «a irreversibilidade das nacionalizações», «a intervenção estatal nas operações de comércio externo», «a realização da reforma agrária», «a socialização da medicina e dos sectores médico-medicamentosos», etc.

Portugal precisa de um texto constitucional moderno, europeu e democrático. Ao impôr a transição para o socialismo e outras absurdas prescrições, o texto actual é obsoleto, anti-europeu e anti-democrático, impedindo por exemplo que um partido de orientação não estatizante maioritariamente votado possa cumprir integralmente o mandato que os eleitores lhe conferiram.

O sector público empresarial que hoje existe é o resultado da orientação colectivisante do 11 de Março e nada tem a ver com o processo de nacionalizações realizado noutros países da Europa ocidental, sobretudo depois da última guerra, e que têm vindo a ser objecto de recentes privatizações. As nacionalizações em Portugal, fizeram parte de um processo que visava a completa alteração do regime económico, social e político do país, transformando-o numa nação colectivista à maneira da Europa de leste. Por isso foram as nacionalizações de então declaradas constitucionalmente irreversíveis, procurando impedir as gerações futuras de seguir caminhos diferentes.

Apesar de em sucessivas eleições, logo a partir de 1975, o Povo português ter inequivocamente rejeitado o modelo colectivista, nele permanecerem todavia muitos traços no texto constitucional, o que é um obstáculo à modernização e ao desenvolvimento do país e falseia o normal funcionamento do regime democrático pluralista representativo. A persistência desta contradição foi lamentavelmente facilitada pelos complexos ideológicos e pelos velhos tabús, já ultrapassados por toda a esquerda moderna e democrática, mas que em 1982 ainda impediram uma significativa revisão da parte económica da nossa constituição.

No processo de revisão agora em curso ainda parecem persistir resistências a que o país seja finalmente dotado de uma constituição plenamente democrática, europeia e moderna, que seja elemento de união entre os portugueses e factor de confiança e progresso. Mas, face às exigências impostas pelo desafio da integração europeia, principalmente a aproximação do fim dos períodos transitórios que foram negociados e a construção do grande mercado interno até 1992, os Portugueses têm o direito de esperar que o bom senso acabe por imperar e que a pequena minoria que não aceita a democracia pluralista, tal como os portugueses a entendem e praticam, e que rejeita a europa comunitária, saia claramente derrotada da revisão constitucional. É esta a grande responsabilidade dos partidos democráticos.

A rejeição do colectivismo estatizante e a redução da carga ideológica da constituição é um caminho que não tem alternativa para quem quer ganhar um estatuto de credibilidade política.

Mas o povo português não entenderia que, em simultâneo, se pretendesse desvirtuar a democracia pluralista e a própria alternância que, como possibilidade sempre em aberto, lhe é inerente, isto é, que ao mesmo tempo se caminhasse no sentido da complicação do texto constitucional — que deve reflectir um mínimo de regras de convivência política — e se procurasse bloquear a vontade maioritária do eleitorado e, portanto, a própria democracia.

Os Portugueses já disseram de forma inequívoca que não querem um país bloqueado nem um país diminuído por preceitos constitucionais absurdos.

Os partidos democráticos têm por isso de mostrar que são capazes de rever seriamente o texto constitucional, dele expurgando tudo o que não seja compatível com o normal funcionamento de uma democracia pluralista, com a rápida modernização da sociedade e da economia portuguesas e com a plena integração de Portugal na europa comunitária.

Lanço um apelo ao bom senso e ao sentido de responsabilidade patriótrica dos partidos democráticos. E apelo igualmente a todos os Portugueses, para que tomem plena consciência de que da revisão constitucional depende o futuro concreto de cada um de nós. A opinião pública portuguesa, que tão claramente se tem manifestado em favor de um país democrático, moderno e europeu, não vai deixar de seguir atentamente o processo de revisão constitucional.

É sobretudo por isso que confio em quem, uma vez mais, Portugal e a democracia vão ganhar».

A opinião pública portuguesa não vai deixar de seguir atentamente o processo de revisão constitucional.

Em Santo Tirso

Inaugurado o Centro Engenheiro Eurico de Melo

Durante a sua visita ao Norte, Cavaco Silva inaugurou o Centro Engenheiro Eurico de Melo, em Santo Tirso, dedicado à prevenção e diagnóstico do cancro e pertença da Misericórdia daquela localidade.

Na ocasião, o vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa, Eurico de Melo, disse aceitar dar o seu nome ao centro da Misericórdia salientando que o fazia de forma institucional, pela colaboração que prestou àquela obra.

Eurico de Melo remeteu para o primeiro-ministro a homenagem que lhe foi prestada pelo provedor da Misericórdia de Santo Tirso.

Após esta cerimónia, o primeiro-ministro inaugurou a Casa de Repouso da Terceira Idade, também da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia.

ÓRGÃOS LOCAIS
DIVULGUEM
O «POVO LIVRE»

FLAGRANTES

por Fernando Amaral

Introdução

Com a aquiescência simpática do Distinto Director do nosso Jornal, regresso ao meu cantinho no «Povo Livre».

É um retorno às origens, ao lugar que foi meu couto pelo período de muitos meses.

Venho com a alegria de um recomeço e não trago na consciência a mágoa de ter perdido ou esbanjado os cabedais que me couberam ou fui colhendo neste enriquecer de experiências. Sempre fui tão austero no gastar como modesto no receber.

Não venho, pois, vestido de filho pródigo. Venho como um emigrante que por outras bandas andou cuidando de outros interesses na pretensão de os servir ao jeito do que sou e penso.

Andei curtindo outras preocupações por espaços que o destino ou a vontade dos homens me confiaram. Ao deixá-los limpei os sapatos e sacudi as roupas. Não trouxe areias nem pó.

Venho, escovado e limpo, sentar-me de novo neste cantinho para retomar o apetecido convívio a que me habituaram os poucos leitores que tinha, em tempos que não vão longe... oxalá os encontre ainda... com a mesma receptividade, benevolência e amizade.

Para eles prosseguirei com «Flagrantes». Uns que o serão porque ditados pela emoção que o momento sugira; outros, que o foram... mas que a ruminação da memória chamará de novo para uma digestão mais fácil.

Uns e outros serão lembrados, neste esmirilar de recordações, como notas breves que não deixam nem gravam fissuras que comprometem.

«Flagrantes» continuarão a ser, tal como foram, modestos exercícios de escrita, tratando factos anódinos ou ideias magras que contenham ainda uma réstia de seiva que possa aproveitar a alguém. Eles serão, fundamentalmente, um processo de comunicar: sem preconceitos, sem dogmatismos, sem grandes mensagens, sem pretensiosismos, sem os rigores geométricos das definições formais ou das análises sistematizadas com que os profissionais do pensamento vão dissecando os fenómenos que preenchem o nosso quotidiano.

Serão, sobretudo, frivolidades, coisas de pouca monta, sensações fortuitas, que, coadas pelo filtro, pouco apurado, da minha sensibilidade, encontrem a forma escrita duma cristalização não lapidada.

Eles terão, ainda, uma preocupação: a de ocupar tempos curtos a quem leia, para sorrir e esquecer, ou para intervalar nas cores fortes das exigências da vida.

Constituirão o meu meio de comunicar com os companheiros, com os amigos, com os outros, dialogando com as coisas, os factos, os homens e o Mundo.

Comunicar é para mim uma exigência íntima, fundamental e profunda.

Sonho muitas vezes, como dizia alguém que muito admiro, com um mundo onde pudesse abordar o primeiro transeunte com que me cruzo na esquina da rua e continuar com ele, sem mais espanto, a sua conversa interior. As poucas vezes que encontrei uma alma de qualidade rara para poder tomar com ela essa liberdade, não a desperdicei. Assim nasceram as minhas melhores amizades.

A maior parte delas não sei a quem pertencem... nem onde moram... Mas guardo-as com tal ternura que sempre as relembro com especial carinho.

Elas me deixaram o conforto do calor humano que transporta as realidades que custam à imponderabilidade dos voos que nos elevam.

Oxalá que o social e o «público» me não recusem o prazer de tais encontros... Eis ao que venho: fazer encontros e partilhar com os outros o que sei e sinto.

Na próxima semana aqui estarei para contar coisas...

As grandes linhas do Orçamento Geral do Estado para 1988

No passado dia 16, o Ministro das Finanças concedeu uma conferência de Imprensa em que expôs as grandes linhas da Proposta de Lei de Orçamento do Estado para 1988, nesse mesmo dia entregue na Assembleia da República.

O OE88, inserindo-se na linha definida no PCEDED — Programa de Correcção Estrutural do Défice Externo e do Desemprego, consagra uma política orçamental de apoio ao crescimento sólido e seguro da economia portuguesa e acolhe objectivos de investimento público para a amortização.

Não é fácil conseguir o compromisso entre um orçamento que não deve ser expansionista (*sem* que isso signifique que seja «restricionista» ou contraccionista) e a necessidade de modernizar o País, apoiar o crescimento e absorver os fundos da CEE — os quais requerem comparticipações nacionais.

O OE88 é o compromisso possível e representa um grande esforço de conciliação entre a perspectiva macroeconómica de *regulação* dos desequilíbrios e a perspectiva de desenvolvimento co-apoiado pelas Comunidades Europeias.

Importa, ainda, dizer que em 1988, tal como em 1986 e 1987, a política *orçamental* se encontra decididamente articulada com a política *monetária*

As directrizes de crescimento do crédito, de Dezembro de 1987 a Dezembro de 1988, que se encontram materializadas no Programa Monetário/88 do Banco de Portugal, constam sucintamente do Relatório Geral e hão-de enquadrar a expansão da economia portuguesa ao ritmo de + 3,75% «reais» do PIB (Produto Interno Bruto).

As políticas orçamental e monetária em 1988 serão *não-expansionistas*. As directrizes supra mencionadas suportarão a *estratégia de progresso controlado*, evitando que a economia portuguesa sofra de excessos de expansão. Pretende-se que ela cresça mas sem velocidade a mais nem velocidade a menos.

Da leitura do quadro que abaixo publicamos, ressalta que mais de um terço das despesas públicas são efectuadas às funções sociais o que é característica de uma moderna economia ocidental.

Por outro lado, salienta-se a restrição orçamental imposta pelo facto dos encargos com juros da dívida representarem mais de um quarto do total dos recursos postos à disposição do Estado para a prossecução dos seus objectivos.

O Ministro Miguel Cadilhe durante a Conferência de Imprensa

PROJECÇÕES MACROECONÓMICAS PARA 1988

- **Inflação: 6% (5,5 a 6,5%)**
- **PIB: + 3,75%**
- **Emprego: + 1%**
- **Investimento: + 8%**
- **Consumo: + 3%**
- **Exportações: + 5,75%**
- **Importações; + 6%**
- **Balança de Transações Correntes: défice de 200 a 400 milhões de dólares**
- **Défice do OE: 8,37% do PIB (*sem* juros, não há défice)**
- **Necessidades de financiamento do Sector Público (SPA + SEE): 10,5% do PIB.**

Despesas do OE/88 por grandes funções
(não incluindo as amortizações da dívida)

(milhões de contos)

APLICAÇÕES	1988	%
I. Funções de Soberania	531.8	29.2
1. Defesa e Segurança	147.5	8.1
2. Serviços Gerais da Administração	384.3	21.1
II. Função Social do Estado	608.9	33.4
1. Educação	259.7	14.2
2. Saúde	222.2	12.2
3. Segurança Social	106.9	5.9
4. Outros Serviços Colectivos e Sociais	20.1	1.1
III. Função económica do Estado	206.3	11.2
1. Transferências	89.8	4.9
2. Subsídios	42.9	2.3
3. Activos financeiros e Investimentos	41.5	2.3
4. Outras	32.1	1.7
IV. Juros da Dívida Pública	478.7	26.2
Total	1 825.7	100.0

Povo livre
ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

BOLETIM DE ASSINATURA

NOME: _____
MORADA: _____
COD. POSTAL: _____ LOCALIDADE: _____
ASSINATURA: NOVA ☐ RENOVAÇÃO ☐ SEMESTRAL ☐ ANUAL ☐
Junto envio cheque nº _____
Segue vale de correio nº _____
Junto numerário no valor de _____
(Assinatura)

Povo livre

Devido ao feriado do 1.º de Dezembro, «Povo Livre» na próxima semana apenas será distribuído na quinta-feira, dia 3.

Correia Matos

A importância do Projecto STAR no domínio das Telecomunicações

O secretário de Estado dos Transportes Exteriores e das Comunicações, Correia Matos, fez uma importante intervenção, na abertura do Seminário Nacional do Programa STAR, que decorreu na Exponor (Porto).

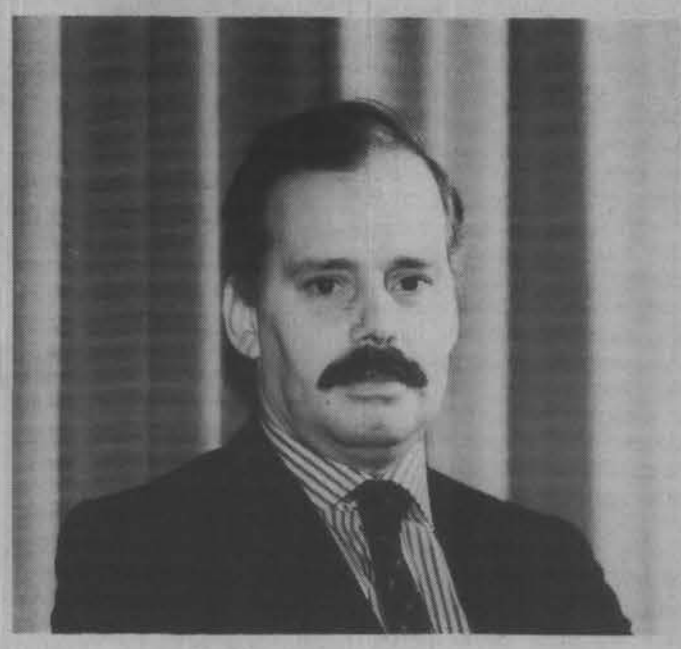
Começando por referir que 7% dos nossos rendimentos estarão em breve dependentes do que se passar no âmbito das telecomunicações, recordou que o progresso nesse sector irá permitir que dentro em breve quantidades de informação, quase sem limite, percorram instantaneamente todo o globo.

Só se os agentes económicos e as outras instituições portuguesas — acentuou — fizerem em devido tempo, a assimilação das novas potencialidades, poderão vir a ter um papel activo neste novo mundo e não serem, eles e todos nós, reduzidos a uma intervenção perfeitamente marginal.

Ou conseguimos ser um elemento participante nesta nova rede de informação mundial, ou seremos apenas, pequenos agentes terminais e passivos em todo o novo processo.

De tudo isto resulta evidente — continuou Correia Matos — a importância da oportunidade que o projecto STAR representa. Oportunidade para os fornecedores de infra-estruturas de telecomunicações, em termos de possibilidades de antecipação de projectos. Mas oportunidade sobretudo para as outras organizações, para quem o STAR representa bastante mais, do que a simples possibilidade de antecipar investimentos, mas é a própria oportunidade de garantir a presença, naquele que já foi chamado o «maravilhoso mundo das telecomunicações».

Para aquelas empresas e associações, o projecto STAR representa a oportunidade de poderem dar, desde já, um salto qualitativo nas suas actividades tradicionais, ou em novas actividades. O que em termos estratégicos será sem dúvida, vital na vida dessas organizações.



As possibilidades que são oferecidas, são extremamante vastas, no campo da oferta de serviços de informação, da constituição de bases de dados, no futuro até da oferta de serviços como o paging, ou ainda da simples aquisição de novos equipamentos de telecomunicações.

A terminar, o secretário de Estado referiu-se ao sistema de incentivos proposto e que aguarda aprovação final das Comunidades, indicando algumas outras condicionantes de acesso, ou seja, os projectos a financiar:

— Devem poder ter viabilidade económica;

— Devem ser financiados adequadamente por capitais próprios;

— Não poderão estar já concluídos quando da respectiva candidatura ou mesmo em desenvolvimento há mais de 6 meses.

Serão ainda excluídos os projectos que originem redução de postos de trabalho, ou que correspondam a mera substituição de equipamentos.

No que se refere aos incentivos a fixar, e ainda de acordo com o proposto a Bruxelas, eles serão variáveis, não podendo no entanto, ultrapassar nunca 70% das aplicações a considerar.

Aplicações aquelas que poderão constar, de aquisição e instalação de equipamentos, de estudos de viabilidade e de assistência técnica. Rubricas estas, que poderão ser alargadas à própria construção e aquisição de edifícios e a despesas promocionais, no caso de formação de novas empresas, ou sua adaptação.

Finalmente, no que diz respeito aos projectos a considerar para efeitos de incentivos, serão considerados os seguintes:

- Os promovidos por PME's e associações, para lhes permitir o acesso aos serviços avançados de telecomunicações, assim como os respectivos estudos de viabilidade;
- Os de criação ou de adaptação de PME's, para a produção de bens ou prestação de serviços de telecomunicações avançadas, assim como os de criação ou adaptação de centros para prestação de serviços do mesmo tipo;
- E ainda os projectos experimentais de teletrabalho.

Correia de Jesus ao Conselho das Comunidades

A nossa vontade e a nossa determinação são enormes

Decorreu em Albufeira a 6.ª Reunião Mundial do Conselho das Comunidades Portuguesas, que contou com a presença do secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Correia de Jesus, que presidiu às sessões de abertura e de encerramento.

Nas sessões de trabalho, os conselheiros das Comunidades Portuguesas espalhadas pelo Mundo debateram algumas das questões que mais preocupam os nossos compatriotas que residem e trabalham no estrangeiro: a preservação da língua e da cultura portuguesas, o ensino do português, a segurança social e os direitos políticos dos emigrantes, ou o acesso à informação sobre o que se passa em Portugal.

Todas estas questões se enquadravam, de resto, no discurso proferido pelo Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas na sessão de abertura do Conselho.

Correia de Jesus enumerou exaustivamente todas as questões relacionadas com a situação, anseios e futuro das Comunidades Portuguesas.

«Os problemas são vastos e complexos, os recursos são poucos, mas a nossa vontade e a nossa determinação são enormes e, por isso, nem tudo vai ficar na mesma», afirmou o secretário de Estado.

Correia de Jesus adiantou estar a proceder a uma reestruturação dos serviços dependentes da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, «tendo em vista melhorar a sua eficácia e qualidade, quer como órgãos de suporte e de consulta, quer como instrumentos de execução da política do Governo e, consequentemente, de apoio às Comunidades».

A reestruturação anunciada por Correia de Jesus estender-se-á ao Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas, aos serviços consulares e ao próprio Conselho das Comunidades Portuguesas.

Preservar a língua e cultura portuguesas

Do ponto de vista programático, o discurso de Correia de Jesus assentou em três traves-mestras:

— Preservar e difundir a língua e a cultura portuguesas;

— Garantir um maior e melhor fluxo de informação entre Portugal e as Comunidades;

— Defender e ampliar os direitos políticos dos portugueses residentes no estrangeiro.

É nestes termos que Correia de Jesus defende uma acção concertada da sua Secretaria de Estado tendo em vista «a criação de novos esquemas de apoio ao ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro e, simultaneamente, a melhoria do apoio que já vem sendo conseguido, a promoção de diligências junto das competentes autoridades dos países de acolhimento com vista a maior e melhor integração do ensino do português nos respectivos sistemas educativos e, por último, a adopção de providências que facilitem a inserção ou reinserção dos não residentes, principalmente os jovens, no sistema educativo português».

Correia de Jesus defendeu, igualmente, a criação de novos mecanismos que facilitem o recenseamento eleitoral e garantiu que serão analisadas as questões relacionadas com o modo de exercer o direito de voto. Anunciou, por outro lado, que o PSD fez constar do seu projecto de revisão constitucional uma proposta que atribui aos emigrantes o direito de voto nas eleições presidenciais.

«No entanto, e como todos sabem, acrescentou Correia de Jesus, será necessário congregar dois terços dos votos dos deputados em efectividade de funções para que seja revista e modificada qualquer norma da Constituição. A resolução depende, pois, dos partidos da oposição e, em especial, do Partido Socialista».

Foi em clima de confiança que o Secretário de Estado exortou os conselheiros das Comunidades Portuguesas a promover um trabalho digno e sério.

Correia de Jesus aproveitou, aliás, a ocasião para anunciar que é seu desejo realizar, integrada nas Comemorações dos Descobrimentos, «uma mostra das Comunidades Portuguesas, onde estejam representados todos os aspectos da vida das Comunidades que os portugueses criaram e que mantêm nas quatro partidas do Mundo».

A SOCIAL DEMOCRACIA PARA PORTUGAL

VASCO MIGUEL

Região Oeste continua a ser um parente pobre

O deputado social-democrata Vasco Miguel lamentou que a Região Oeste, apesar de possuir grandes e imensas potencialidades em inúmeros sectores económicos, continue a ser um parente pobre do grande investimento que outras regiões usufruiram no nosso País.

A natureza e complexidade dos problemas da região apontam, segundo aquele deputado, para a urgência de implementar um estudo integrado que conduza a um Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Oeste.

Entende mesmo, o deputado Vasco Miguel, que o Oeste deve ser indicado como região prioritária para uma inventariação concreta e global das suas carências ou deficiências. Muitas delas — afirmou — prendem-se com a falta de formação dos gricultores, a pequena dimensão da propriedade, a descapitalização das estruturas cooperativas, a falta de infra-estruturas de saneamento básico e o elevado grau de poluição dos rios e ribeiros. Acrescentou, a estas carências, a insuficiente cobertura da zona com vias de comunicação de qualidade e capacidade para o escoamento dos seus produto.

Vasco Miguel salientou, porém, que «o Oeste nunca parou de se desenvolver», embora acrescentasse que esse «crescimento económico se tem efectuado de modo bastante desordenado, o que, como é óbvio, se irá reflectir no futuro.»

O Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Oeste deve, segundo Vasco Miguel, ser concretizado pela Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, uma vez que só esta entidade «tem quadros e condições efectivas para levar a cabo um trabalho da envergadura que se pretende», devendo contar com «toda a colaboração» das autarquias locais ou da Associação de Municípios do Oeste.

«Também entendemos — concluiu — que a Comissão de Coordenação Regional tem o dever de pedir a colaboração das autarquias locais ou da Associação de Municípios, assim como o empenhamento inequívoco dos agentes económicos, dos parceiros sociais e dos diferentes departamentos do Estado.»

Grupo Parlamentar recebe sindicato suíço

Em 20 de Novembro, uma representação do Grupo Parlamentar do PSD, contituída pelos Deputados Fernandes Marques, Rui Salvada, Manuel Martins, João Costa e Carlos Esmeraldo recebeu uma delegação do S.I.C.O.M. (o maior sindicado suíço do sector de Construção Civil e Madeiras, onde estão sindicalizados 70% dos portugueses que trabalham na Suíça), vinda expressamente da Suíça para debater problemas relacionados com os emigrantes portugueses naquele país. As conversações incidiram principalmente sobre o problema dos trabalhadores sazonais (32 000, dos quais 18 000 na Construção Civil), os quais, após alguns meses de trabalho na Suíça, vêem-se obrigados a interromper essa actividade e regressar a Portugal por um período de 3 ou 4 meses, durante os quais não recebem qualquer subsídio, nem social nem de desemprego.

A delegação do grupo parlamentar do PSD foi sensível a este assunto e comprometeu-se a empenhar-se na sua solução, do mesmo modo que o S.I.C.O.M. se vai empenhar junto das autoridades suíças, tendo em vista a possibilidade de um acordo de responsabilidade conjunta dos países que possibilitem a satisfação dos interesses dos emigrantes sazonais portugueses.

A delegação sindical suíça, que foi também recebida pelo ministro do Emprego, Silva Peneda, entregou-lhe uma petição subscrita por 7000 portugueses e que é também apoiada por 274 Deputados e personalidades suíças.

ANASD realça a importância das Associações de Municípios

Os Autarcas do PSD reunidos em Lisboa, em encontro promovido pela ANASD (Associação Nacional dos Autarcas Social-Democratas), com o patrocínio do IPSD e colaboração da Comissão Política Distrital da Área Metropolitana de Lisboa, aprovaram as seguintes conclusões:

As Associações de Municípios constituem, em Portugal, uma forma de recurso privilegiado à conjugação organizada de esforços e capacidades com vista à realização de tarefas de interesse comum a diversos municípios que exijam o concurso de meios materiais e humanos a que, cada município, isoladamente, não tem acesso.

Sendo o PSD o partido português mais implantado ao nível do poder local, cabe-lhe, de forma especial, promover e implementar, onde tal se mostre necessário e conveniente, a criação de Associações de Municípios, tendo em vista o desenvolvimento regional do País e a superação das assimetrias existentes entre as diversas regiões do território português.

Como forma de cooperação institucionalizada de autarquias, as Associações de Municípios constituem, ainda uma prática de colaboração extremamente útil, por um lado, conducente a um saudável e utilíssimo espírito de concertação de esforços e, por outro, de abertura de caminhos mais fáceis com vista à concretização da regionalização do País.

Na medida em que as Associações de Municípios resultam, tão só, da vontade dos municípios interessados, elas são ainda uma afirmação, por excelência, de autonomia do poder local consagrada na Constituição da República Portuguesa e uma via privilegiada de intensificação do poder de diálogo e permanente colaboração com o poder central.

As Associações de Municípios não constituem, no entanto, no actual quadro legal, a forma única de colaboração intermunicipal, resultando, com clareza, a necesidade inadiável de adaptação e revisão desse mesmo quadro legal no sentido de uma maior flexibilização do associativismo intermunicipal.

No caso concreto da cidade de Lisboa e concelhos envolventes, a complexidade dos problemas de interdependência entre os diversos municípios interessados, assume especial gravidade dada a densidade demográfica que esta área envolve, as movimentações maciças diárias de pessoas e veículos, a concentração máxima de sectores económicos de nível secundário e terciário e a natureza específica de dominância ditada pela área urbana da capital do País.

Em áreas como a do planeamento, ordenamento do território, defesa do ambiente, equipamentos de natureza social, educação e ensino, cultura e desporto, saúde e segurança social, abastecimento público, para apenas se citarem as mais importantes, as soluções a tomar só o podem ser em perfeita e completa integração dos diversos interesses municipais em jogo, de forma a que, por um lado, tais soluções envolvam a maior concordância possível e, por outro, não sejam susceptíveis de criar graves prejuízos a qualquer das zonas de interdependência.

Neste contexto, o recurso a uma Associação dos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, é, de momento, a solução mais adequada a uma resolução harmoniosa da problemática envolvida.

Esta tarefa de criação e desenvolvimento da Associação de Municípios da Área Metropolitana de Lisboa deve ter, como principais impulsionadores, os Autarcas do Partido Social Democrata, a exemplo do que já sucedeu na Câmara Municipal de Lisboa, dado ser uma convicção que este passo é fundamental para uma coordenação concertada de esforços tendentes à prossecução, por parte de cada um dos municípios intervenientes, das suas atribuições e competências.

*

Na mesma reunião foi também aprovada por unanimidade uma moção em que se saúda o Prof. Cavaco Silva, o Governo e os órgãos nacionais do PSD.

PAIS DE SOUSA

Repensar estruturas associativas de Coimbra

«Entendemos que as estruturas associativas em Coimbra têm de ser repensadas e adaptadas às condicionantes de um tempo que se define também por uma maior abertura no acesso ao ensino e à cultura» — afirmou o deputado social-democrata Pais de Sousa.

Repensar a «Associação Académica» é, para Pais de Sousa, ter presente «As ressurgidas tradições académicas, os organismos autónomos, as repúblicas, a Académica e a sua mística», um conjunto que constitui, em última análise, «a identidade coimbrã, que não pode desinserir-se da própria dialética Universidade-Cidade».

Ao prestar homenagem à Associação Académica de Coimbra, na comemoração dos seus 100 anos de papel activo «na formação de homens livres e participantes», Pais de Sousa salientou que repensar as estruturas associativas em Coimbra será, para os respectivos estudantes, «demandar o espírito universitário, intensificar o diálogo professor-aluno, acautelar a investigação científica e os critérios pedagógicos, construindo a Universidade do possível».

Declaração de voto sobre o Estatuto da Imprensa Regional

«O Partido Social Democrata, como decorreu dos debates, e sempre afirmou, votou favoravelmente a proposta de lei que autoriza o Governo a legislar sobre o Estatuto da Imprensa Regional, a fim de, com eficiência e celeridade, dotar a nossa, há tanto tempo esquecida, Imprensa Regional, com um instrumento jurídico capaz de a fortalecer, dignificar e a qualificar.

Os nossos jornais regionais, bem como, e principalmente, os seus profissionais, colaboradores e proprietários, foram por fim lembrados e terão, em breve, um normativo que os tornará, globalmente, mais aptos na actividade empresarial e mais reconhecidos no exercício da profissão.

Quer as empresas e os seus trabalhadores, quer o leitor, em geral, sairão beneficiados com a presente medida legislativa, através de apoios e incentivos visando o desenvolvimento das empresas e a formação de jornalistas e colaboradores.

Reveste ainda a maior importância a definição do Estatuto do Jornalista da Imprensa Regional que surge em boa hora e produzirá, disso estamos certos, os melhores frutos neste sector tão importante da Comunicação Social e que tanto significado assume no âmbito das comunidades locais e regionais.»

Na Secção A de Lisboa

Evocação de Sá Carneiro

Na Secção A de Lisboa (Benfica) realiza-se no próximo dia 4 de Dezembro uma sessão evocativa da memória de Sá Carneiro em que usarão da palavra o deputado social-democrata Pacheco Pereira e o historiador Freire Antunes.

Será descerrada uma placa evocativa do grande estadista e militante n.º 1 do PSD.

Missas por alma de Sá Carneiro

Dia 6 de Dezembro

EM PARIS — às 9.30 h. na Igreja St. Honoré, Praça Vítor Hugo, Metro Vítor Hugo (Paris 16) e às 11.45 h. na Igreja N. D. de la Grace de Passy, Rua de Annonciation, Metro Passy ou La Muette (Paris 16).

EM STUTTGART — às 9.15 h., na Igreja de Santa Maria.

Na Secção Ocidental do Porto

«Panorama político — anos 90»

Na Secção Ocidental do Porto do PSD (Rua Pinheiro Manso, 305) realiza-se no dia 28 do corrente, com início às 18.30 h., um painel subordinado ao tema «Panorama Político — Anos 90», com o seguinte programa:

18.30 h. — Abertura — M. Joaquina Damas, Presidente da Comissão Política do PSD/SOP.

19.00 h. — Rui Amaral, Vice-Presidente do Parlamento Europeu.

19.30 h. — Mário Montalvão Machado.

20.00 h. — Levy Guerra, Prof. da Faculdade de Medicina do Porto.

21.00 h. — Carlos Brito, Governador Civil do Porto.

21.30 h. — Miguel Cadilhe, Ministro das Finanças.

NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

Beja

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente — Paulo André Garrido.

Vice-presidente — Henrique Mira Coroa.

Secretário — José Cândido Gonçalves Rodrigues.

COMISSÃO POLÍTICA

Presidente — Armando José Brás da Silva Pacheco.

Vice-presidente — Manuel Grilo Lopes Dias.

Tesoureiro — Rafael António Rogado das Candeias.

Vogais — Maria Fernanda Silva de Caimoto e Sousa, Fernando António Crujo Aldeias, Maria Anita Prazeres Piçarra, Jaime Baltazar Palmeiro, Maria Lizalete M. Piçarra Oliveira Pombeiro, Manuel de Brito Goinhas, António Lourenço de Sousa e Fernando Manuel Alves Machado.

DELEGADOS À ASSEMBLEIA DISTRITAL DE BEJA

José de Caimoto e Sousa, Maria Gracelinda M. S. Faias Pacheco, José da Silva Parreira e António Cavaco.

Sé (Porto)

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente — José Augusto Martins Moreira

Vice-presidente — Armando Abílio da Silva

Secretário — Maria de Lurdes Ruigo

COMISSÃO POLÍTICA

Presidente — Carlos João de Morais Branco

Vice-presidente — Daniel José Dantas Pinto

Tesoureiro — Joaquim Alberto Pinto Costa

Vogais — David Vieira da Silva Moreira, Manuel Carvalho, Luís Daniel da Silva Moura e Castro, Adelino Castro Dias, Manuel Pereira Alves da Silva, Augusto Seixas Pinto, José Altamiro Gomes de Figueiredo e António Manuel Leite Brás.

DELEGADOS À ASSEMBLEIA DISTRITAL

Daniel José Dantas Pinto e José Augusto Martins Moreira.

José Augusto Seabra em Vila Nova de Gaia

Prosseguindo o ciclo de Colóquios organizado pelo PSD de Vila Nova de Gaia, realiza-se no próximo dia 27, AS 21H30, mais uma sessão na sede da Junta de Freguesia de Santa Marinha (Rua Cândido dos Reis), em que o Prof. José Augusto Seabra, Embaixador de Portugal junto da UNESCO falará sobre: «Social Democracia e Socialismo — Diferenças».

Rui de Almeida Mendes em Torres Vedras

O deputado do PSD e Presidente da Associação Comercial de Lisboa, Rui de Almeida Mendes, desloca-se no próximo dia 27 à Cooperativa Agrícola de Torres Vedras para presidir a um Colóquio, com início às 21 H, subordinado ao tema: «Portugal — CEE, comércio e indústria: balanço da adesão. Perspectivas futuras para a empresa». Trata-se de uma iniciativa do Gabinete de Estudos do PSD — Área Oeste.

Lívio Borges na Secção D

O primeiro vereador do PSD na Câmara Municipal de Lisboa, Lívio Borges, preside hoje, às 21H30, na Secção D de Lisboa (R. Rosa Araújo) a uma sessão de esclarecimento de análise da situação político-partidária.

Agradecimento a João Salgado

A C. P. do Núcleo do Alto Pina, vem por este meio agradecer publicamente ao deputado João Salgado as sessões de esclarecimento que tem vindo a efectuar na Junta de Freguesia, congratulando-se pelo êxito que as mesmas têm alcançado.

Confraternização em Rio Maior

A Comissão Política Concelhia do PSD de Rio Maior organiza um jantar de confraternização comemorativo da vitória do PSD e de CAVACO SILVA nas últimas eleições, que será presidido pelo Secretário-Geral, Dr. Dias Loureiro, no dia 11 de Dezembro, com início às 20 horas, em local a indicar oportunamente.

Inscrições prévias, durante as horas normais de expediente, através do **telefone 91360**, até ao dia 4 de Dezembro, **impreterivelmente**. Custo 1500$00 por pessoa.

Haverá fados, guitarradas e diversas surpresas.

Festa de fim-de-ano na Ericeira

A Comissão Política Concelhia de Mafra, vai realizar a tradicional festa de passagem de ano, na sede, Rua do Arvoredo, na Ericeira, esperando a conferência do maior número possível de filiados e seus familiares.

O menú e programa serão oportunamente anunciados.

Agradece-se a quem pretenda estar presente na festa que faça a sua inscrição com a maior antecedência possível, junto dos elementos da respectiva Concelhia ou através dos telefones 62315 ou 63456.

A SOCIAL-DEMOCRACIA PARA PORTUGAL

CONVOCATÓRIAS

A. M. L.

Convoca-se a Comissão Política Distrital da AML (Alargada) e os Deputados pelo círculo de Lisboa para uma reunião a realizar no próximo dia 9 de Dezembro pelas 21.30 h. na rua da Conceição n.º 113 Lisboa e com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1 — Informações.
2 — Estratégia Autárquica.
3 — Homologação do Núcleo de Carnaxide.

Amarante

O presidente da Mesa do Plenário concelhio de Amarante, faz saber que a reunião interrompida em 31 de Outubro passado continua no dia 28 do corrente na sede do partido, Avenida General Silvestre, pelas 14 horas.

Stuttgart

Nos termos dos Estatutos, Art. 63.º e do Regulamento das Estruturas da Emigração Art. 16.º, convoca-se todos os militantes da Secção, a reunir em Assembleia Ordinária, na Sede da Secção sita na **Gerberstr 10, 7000 Stuttgart 1**, no dia 5 de Dezembro pelas 16 h., com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

a) Leitura da Acta da última Assembleia.
b) Apreciação da situação política geral e da Emigração.
c) Diversos.

Pacheco Pereira na secção D

No próximo dia 2 de Dezembro, o deputado Pacheco Pereira preside na Secção D de Lisboa (Rua Rosa Araújo) a uma sessão de esclarecimento sobre a situação político-partidária, com início às 21.30 h.

Fernando Figueiredo na Europa

Regressou de mais uma deslocação à Europa o deputado Fernando Figueiredo que de 10 a 16 do corrente contactou as estruturas do PSD na França, Bélgica e Luxemburgo, e visitou as associações de portugueses residentes nesses países.

De destacar a visita ao Luxemburgo em que teve reuniões de trabalho com o Consul-Geral, o Embaixador de Portugal e o Comissário Luxemburguês para a Emigração, Sr. Gaston Raus. Nesses encontros foram abordados e discutidos alguns problemas da presença portuguesa no Luxemburgo onde a nossa comunidade é superior a 10% da população do Grão-Ducado.

Fernando Figueiredo proferiu uma conferência para a Comunidade Portuguesa no Luxemburgo sobre a adesão de Portugal à CEE e suas consequências que teve longa repercussão nos meios de comunicação locais.

Por ocasião da sua visita efectuou-se um convívio social que contou com a presença de numerosas entidades, designadamente, o embaixador e o Consul-Geral, o Juiz do Tribunal das Comunidades, o Advogado-Geral das Comunidades, vários Deputados Luxemburgueses, representantes da Igreja Católica, órgãos de comunicação social, professores do ensino de língua e cultura portuguesa e várias personalidades de relevo na colónia portuguesa no Luxemburgo.

Durante a sua estada foi oferecida a Fernando Figueiredo a medalha do Futebol Clube do Porto de Luxemburgo e solicitada a sua presença aquando do aniversário deste importante clube português do Luxemburgo.

Entrevistado pela Rádio Popular Portuguesa Fernando Figueiredo teve oportunidade de, em directo, se dirigir a esta relevante comunidade portuguesa cuja presença é tão significativa neste país.

Povo Livre

Semanário
sai às quartas-feiras

PROPRIEDADE
PSD — Partido Social Democrata

Director:
DUARTE LIMA

Redacção
Telef. 67 67 57 / 60 21 40

Serviços Administrativos
(Assinaturas)
Telef. 60 93 79 / 60 21 40
R. de Buenos Aires, 39
1296 LISBOA CODEX

Depósito legal n.º 1970/83

Preço avulso ..... 30$00

Assinatura — Portugal

Semestral ..... 700$00
Anual ..... 1250$00
Apoio ..... 2000$00

Composição e Impressão:
Mirandela & C.ª (Irmão), Lda.
Trav. Condessa do Rio, 7-9
1200 LISBOA

Distribuição:
VASP — Soc. Transporte de Distribuições, Lda.
Rua Joaquim António de Aguiar, 43-3.º, Dto.
1000 LISBOA

PORTUGAL ENCONTRA-SE EM SITUAÇÃO PRIVILEGIADA PARA PROMOVER O DIÁLOGO ENTRE AS CULTURAS

Uma reflexão sobre os temas principais desta 24.ª sessão sugere três ideias-força que exprimem alguns dos desejos profundos do povo português e a posição que gostaríamos de realçar no decorrer destes debates.

Ela resume-se em três palavras-chave: universalidade, reforma, acção.

A primeira refere-se a um dos princípios fundamentais da Unesco, inscrito na sua Constituição: o princípio da universalidade.

por JOSÉ AUGUSTO SEABRA

Universalidade, desde logo, em relação à comunidade de todas as nações, tanto aquelas a quem a natureza dotou de meios e de suficiência, como aquelas que vivem ainda na carência e no sofrimento.

A vocação da Unesco é, com efeito, a de voltar a ser uma Organização internacional a que pertençam todos os povos que têm de aprender a gerir as suas diferenças e os seus conflitos no quadro de um pluralismo aberto e generoso. Só essa solidariedade, alargada a todos os países do mundo, é susceptível de contribuir para atenuar os grandes desequilíbrios regionais no acesso à educação e a injustiças sociais na distribuição dos meios e das oportunidades de realização pessoal e comunitária, cuja persistência constitui um dos escândalos do nosso tempo.

Universalidade, ainda, que supõe outros dois grandes princípios: *o princípio da liberdade, como valor superior e inviolável que deve reger* a ordem internacional e o relacionamento entre os povos e o princípio do respeito pelos direitos do homem, como fundamento da paz e factor de aproximação e de tolerância.

Tudo isso tem a ver com a concepção humanista que é subjacente a toda a actividade desta Organização. O homem não pode pensar-se sem uma cultura, uma história e uma situação que o identifiquem e o nomeiem. Mas que não esgotam o seu ser e os seus atributos, iluminados por uma dignidade própria, que tem de ser respeitada para além da sua civilização, raça ou nacionalidade. Daí as duas vertentes da Unesco, que devem estar sempre presentes num equilíbrio enriquecedor se bem que difícil: em primeiro lugar o respeito pelas culturas nacionais, como elemento diferenciador da identidade de cada povo e de cada pessoa. Em segundo lugar o combate a todo o chauvinismo e etnocentrismo, fontes de tantas guerras, injustiças e opressões.

Como disse Jacques Maritain, a missão da Unesco «implica um acordo de pensamento entre homens cujas concepções do mundo, da cultura e do conhecimento são elas diferentes e até opostas».

Portugal encontra-se, como portador de um patriotismo universalista e pluriracial, numa situação privilegiada para apoiar este objectivo de promover o diálogo entre as culturas. Comemora-se agora o quinto centenário desse grande passo para o conhecimento global de todas as nações que foram as grandes navegações europeias: em 1488 o navegador português Bartolomeu Dias dobrou pela primeira vez o continente africano, passando o cabo das Tormentas a chamar-se cabo da Boa Esperança e abrindo-se assim caminho para os grandes contactos comerciais e culturais entre todos os continentes, que só então se tornaram possíveis. Esta foi uma epopeia cantada por Camões que, apesar de marcada por algumas injutiças, alargou também a concepção universalizante da pessoa, relativizando o universo em que os homens se mantinham até aí.

Baseado nesta experiência de 500 anos, Portugal julga poder contribuir para a mediação entre culturas, favorecendo, assim, a paz no respeito e no apreço mútuo.

É neste contexto de universalidade e afirmação cultural de todos os povos que quero também situar a importância da comunidade dos povos de língua portuguesa e o papel que esta comunidade pode e deve ter na Unesco. Sendo a língua portuguesa falada por perto de 200 milhões de pessoas distribuídas por cinco continentes, ela foi com todo o direito declarada língua oficial desta Organização. Entretanto parece-nos que terão de ser dados agora passos concretos para a sua introdução gradual como língua de trabalho na Unesco, Organização a que — como todos sabem — pertencem sete países de língua oficial portuguesa.

De igual modo nos parece que, a nível dos órgãos da Unesco, e nomeadamente do Conselho Executivo e dos Comités intergovernamentais, a representação das grandes áreas culturais e linguísticas não está feita equitativamente. Nesse sentido apelamos aos Estados membros para uma melhor compreensão da importância da área de cultura e civilização que fala o português, bem como das suas possibilidades de contribuição para a procura de soluções aos problemas de que a Unesco trata, de forma a que no futuro seja corrigida a injustiça da actual situação, que, certamente explicável, mas não justificável, pelas vicissitudes ocorridas nas últimas décadas, deixou contudo de ter razão de ser.

A segunda ideia que gostava de glosar é a necessidade de reformas profundas, para que a Unesco disponha de políticas efectivas de educação, ciência, cultura, e comunicação e possa exercer mais plenamente a sua grande vocação de promotora da paz, sem excessiva politização nem crispações ideológicas, contribuindo para a emergência de novo surto civilizacional em que o primado da pessoa e os valores espirituais e éticos ressurjam como dimensão inalienável da humanidade.

Estas reformas deverão tornar mais pragmática e operacional a nossa Organização, colocando-a decisivamente ao serviço dos mais pequenos, dos mais fracos e dos mais vulneráveis, dentro do contexto de um objectivo global que visa reduzir a margem do sofrimento humano pela busca de novos modelos convivenciais, através de uma acrescida solidariedade.

É necessário, em primeiro lugar, fazer um grande esforço de desburocratização e descentralização, na sequência do que que já se está a observar nas grandes Organizações Internacionais. Em segundo lugar, há que promover uma muito maior economia nas despesas de pessoal para concentrar o financiamento tanto no Programa Regular como no Programa de Participação, com vista ao aumento da credibilidade e eficácia na Unesco.

É com enorme expectativa que aguardamos essas reformas, as únicas susceptíveis de permitir a ultrapassagem da presente crise.

Tais reformas hão-de ser orientadas no sentido de tornar a acção da Unesco mais eficiente e mais justa. É a essa acção, ou a essa actividade que me quero referir finalmente. De entre os programas a aprovar no orçamento de 1988-1989 gostava de pôr toda a ênfase no Grande Programa II «Educação para todos», no Grande Programa V «Educação, Formação e Sociedade», no Grande Programa VI «A Ciência ao serviço do Desenvolvimento», e no Grande Programa XI «A Cultura e o Futuro». Estas são, com efeito, prioridades que a todos nos envolvem e que a todos interessam. Mas deve haver muito mais que puro interesse. Há que mobilizar todos os povos num grande esforço de solidariedade internacional, para que o acesso à educação, à ciência e à cultura se estenda a todos e, assim, todos possam beneficiar dos fruto do saber e da criação.

Esse é, com efeito, o investimento mais produtivo que conhecemos, devendo ser a chave do Terceiro Plano a Médio Prazo, para atenuar as graves carências de que dois terços da população mundial ainda sofrem. Mas além de investimentos produtivos, a educação, a ciência e a cultura são factores de liberdade, e portanto, de dignidade da pessoa. Assim será uma contradição promover o desenvolvimento educacional de um povo e limitar-lhe o âmbito da sua expressão cultural. A Cultura, se é certo que deve ser promovida pelo Estado e sustentada pela economia, é autónoma em relação a estas duas instâncias e tem uma vida própria, que é necessário libertar.

Não há educação, cultura ou ciência dignas desse nome, na Unesco como em todas as organizações nacionais, regionais e internacionais, que não tenha como fim a realização do homem, de todos os homens, em liberdade e em paz.

É por isso que não quero terminar, Senhor Presidente, sem sublinhar o papel que cabe à Unesco — *neste momento* de crise de civilização — na superação de paradigmas ultrapassados de desenvolvimento e conceitos obsoletos de educação. Faço pois votos para que a Década Mundial para o Desenvolvimento Cultural, cuja coordenação cabe à Unesco — e na qual o meu país participará de forma empenhada — possa contribuir para uma reflexão crítica aprofundada e livre de preconceitos sobre os problemas que se deparam à humanidade neste milénio, de forma a para eles se encontrarem soluções criativas. Só assim, Senhor Presidente, poderá a Unesco cumprir a missão para que foi criada e prosseguir os ideais de fraternidade espiritual a que a humanidade aspira e que o nosso grande poeta, Fernando Pessoa, cujo centenário passa no próximo ano, universalmente cantou.

(Intervenção, na qualidade de Embaixador de Portugal, na 24.ª Sessão de Conferência da UNESCO).

A língua portuguesa é falada por perto de 200 milhões de pessoas distribuídas por cinco continentes.

Há que mobilizar todos os povos num grande esforço de solidariedade internacional.